

UM PANORAMA DA HISTÓRIA DA RELIGIÃO CRISTÃ NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Charles Tayomitsu Ono

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: ct.ono@unesp.br

Pedro Henrique Orlando

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasi

E-mail: pedro.orlando@unesp.br

RESUMO

Uma das grandes discussões que vem sendo alvo de diversos pesquisadores do campo da Ciência Humana é a presença da religião e a sua influência dentro das esferas educativas do Brasil. Entretanto, mesmo com diversas pesquisas a respeito do assunto a sociedade brasileira vem enfrentando uma série de preconceitos, pré-conceitos e intolerâncias religiosas. Isso acontece aos privilégios que a religião cristã tem, devido a sua trajetória e contexto em que se inseriu em nosso país. Consequentemente, as religiões minoritárias que também estão a cada dia mais inserida no cotidiano dos brasileiros, acaba por sofrerem um certo tipo de opressão. Pensando justamente nisso, essa pesquisa carrega um levantamento bibliográfico dos artigos provenientes do SciELO que se especializaram em assuntos voltados à educação e a religião. Será mostrado um recorte temporal de quando a educação e a religião se difundem até os dias atuais e assim compreender os impactos dentro do campo educacional, objetivando encontrar novas formas de combate contra a intolerância religiosa, pois para uma sociedade plural, antes é preciso atingir uma educação inclusiva em relação às religiões, livre de quaisquer preconceitos, seja dentro do campo fé ou não.

Palavras-Chave: Ensino e religião; Formação de professores; Pluralismo educativo; Conflito laico-religioso.

AN OVERVIEW OF THE HISTORY OF CHRISTIAN RELIGION IN BRAZIL AND ITS IMPACTS ON EDUCATION

ABSTRACT

One of the major discussions that has been the subject of several researchers in the field of Human Science is the presence of religion and its influence within educational spheres in Brazil. However, even with diverse research on the subject, Brazilian society has been facing a series of prejudices, preconceptions and religious intolerance. This happens to the privileges that the Christian religion has, due to its trajectory and the context in which it was inserted in our country. Consequently, minority religions, which are also increasingly inserted into the daily lives of Brazilians, end up suffering a certain type of oppression. With this in mind, this research carries out a bibliographical survey of articles that specialize in the subject of education and religion (and other essential aspects for understanding the topic). It will be shown what the scientific world discovered about this subject and discuss new ways of solving the social problems highlighted, because for a plural society, it is first necessary to achieve an inclusive education in relation to religions, free from any prejudice, whether within the field of faith or not.

Keywords: Teaching and religion; Teacher training; Educational pluralism; Secular-religious conflict.

UNA PANORAMA DE LA HISTORIA DE LA RELIGIÓN CRISTIANA EN BRASIL Y SUS IMPACTOS EN LA EDUCACIÓN

RESUMEN

Una de las mayores discusiones que ha sido objeto de varios investigadores en el campo de las Ciencias Humanas es la presencia de la religión y su influencia en los ámbitos educativos en Brasil. Sin embargo, incluso con diversas investigaciones sobre el tema, la sociedad brasileña viene enfrentando una serie de prejuicios, ideas preconcebidas e intolerancia religiosa. Esto sucede con los privilegios que tiene la religión cristiana, por su trayectoria y el contexto en el que se insertó en nuestro país. En consecuencia, las religiones minoritarias, que también están cada vez más insertadas en la vida cotidiana de los brasileños, acaban sufriendo cierto tipo de opresión. Teniendo esto en cuenta, esta investigación realiza un levantamiento bibliográfico de artículos especializados en el tema de educación y religión (y otros aspectos esenciales para la comprensión del tema). Se mostrará lo que el mundo científico descubrió sobre este tema y se discutirán nuevas formas de resolver los problemas sociales destacados, porque para una sociedad plural es necesario primero lograr una educación inclusiva en relación con las religiones, libre de cualquier prejuicio, ya sea dentro de el campo de la fe o no.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza y religión; Formación de docentes; Pluralismo educativo; Conflicto secular-religioso.

Introdução

A sociedade brasileira em todo o seu conjunto plural tem sua identidade fortemente ligada à crença religiosa, emaranhando as relações sociais e experiências individuais com a influência da religião em suas diferentes vertentes. Nesse pretexto, fica evidente que até as legislações estão conectadas com a moral da religião cristã, o que torna um dos pilares que fundamentam o país.

Porém, o fenômeno religioso dentro dos espaços sociais, envolto da sua multiplicidade complexa volta a ser o objeto de análise, investigações e preocupações para uma parte considerável dos pesquisadores nacionais que atuam no campo da Ciência Humana. Segundo Morais e Poker (2018), o objetivo dos estudos como um todo, tenta entender como a religião afeta e influencia as diferentes esferas sociais que existem no Brasil, como a política, a economia, a moral, o legislativo e o cultural, de maneira positiva ou negativa. A título de exemplo vale destacar um dado obtido pela UNESCO (2023), onde a instituição pontua 506 denúncias no ano de 2023 registradas somente no Brasil.

Assim, na primeira etapa do trabalho científico, será explicada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, que envolveu uma análise crítica e extensa de trabalhos acadêmicos especializados em temas importantes e específicos, passando para os estudos que abordam a laicidade e história brasileira. Dentro das discussões de resultados, a primeira temática foi estruturar em torno dos colégios jesuítas na educação brasileira, examinando o

papel dos colégios, os impactos sociais e culturais desde a chegada dos jesuítas à costa brasileira e seus objetivos educacionais. Em seguida, será abordado o impacto da reforma pombalina na educação brasileira, com o foco na transformação no sistema educacional e na breve contextualização das reformas ao todo. Além desses assuntos, a pesquisa também incluirá uma discussão detalhada do conceito de laicidade, que resumindo “A laicidade é um processo sócio-histórico em desenvolvimento” (Valente, 2018, p. 111), será abordado tal processo em termos legislativos e em como é realização prática, examinando as leis e políticas que formalizaram a separação entre Igreja e Estado, também será entendido como a sociedade brasileira entende da liberdade entre religiões no Brasil fora das práticas legislativas, entrando em um conceito social e cultural.

Como resultado a toda problematização, o presente trabalho realiza um levantamento teórico que abrange uma variedade de artigos e estudos, os quais examinam os temas considerados essenciais e importantes para a compreensão da presença e da influência religiosa nas esferas da educação brasileira. O objetivo da análise dessas fontes teóricas é investigar como a religião pode afetar os procedimentos e ambientes educacionais, bem como ela molda a experiência dos lecionando e lecionados.

Em especial, a intolerância religiosa no Brasil é um fenômeno que atravessa a história do país, manifestando-se de diversas formas ao longo dos séculos. Um dos aspectos mais presentes e graves dessa intolerância está relacionado às religiões de matriz africana, cujas práticas e crenças têm sido historicamente marginalizadas e combatidas. O Brasil, com sua formação marcada pela colonização europeia, pelo tráfico de escravizados africanos e pela imposição do cristianismo, tem uma realidade de discriminação religiosa e racismo estrutural, onde as religiões de matriz africana, como o Candomblé, a Umbanda e outras, são vistas como "inferiores" ou "barbáricas" por setores conservadores da sociedade.

Metodologia

O método escolhido para esta pesquisa é qualitativa, que para Cooper e Schindler (2011, p. 164) “inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, dessa forma apreender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos ocorrendo de modo mais ou menos natural no mundo social”.

Ou seja, essa pesquisa procura entender a origem do fenômeno social da religião e de como a mesma molda as experiências vividas dentro do campo educacional. Perpassando pela vida, seja ela coletiva ou individual, precede de significados imensuráveis, processos

únicos, sujeitos das mais diversas características, culturas e processos, de onde cada um traz consigo representações e estruturas que somente as Ciências Humanas e Sociais são capazes de estudar, mesmo que de forma incompleta e insatisfatória - é na pesquisa qualitativa que articulam os conteúdos, pensamentos, corações e encontramos nossa existência.

Através da compreensão das diferentes formas em que a religião e a educação moldam as experiências interpessoais pelo que já foi pesquisado, o presente trabalho objetiva ampliar os ramos e o engajamento das discussões acerca da temática “religião e educação”, compreendendo que a partir de tais discussões e engajamento, será possível alcançar um espaço – e sistema – educacional mais inclusivo e plural dentro do contexto religioso.

E para que se torne uma realidade dentro da educação brasileira, se faz necessário explorar o contexto histórico da educação e da religião dentro no cenário nacional, ou seja, um recorte temporal que busca analisar a íntima relação da educação e religião é essencial para obter a “clareza” necessária para alcançar uma pedagogia mais inclusiva dentro do campo religioso, fora de qualquer preconceito ou intolerância das diferentes crenças que existem no Brasil.

Segundo Moraes e Poker (2018) muitos dos investigadores que atuam no campo da Ciência Humana no Brasil, voltaram a tratar o fenômeno social da religião dentro dos espaços sociais como um objeto de análise e preocupação, entretanto, os dados coletados pela UNESCO (2023) revelam que os preconceitos e intolerâncias religiosas ainda possuem índices altos na América Latina, por isso a proposta para a pesquisa é um levantamento bibliográfico do conteúdo científico produzido envolto deste assunto.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (Bocato, 2006, p. 266).

Além disso, também vale destacar a natureza exploratória e descritiva dessa pesquisa. Segundo o objetivo, esta pesquisa é caracterizada como exploratória: “pois tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2010, p. 27), o que exige o levantamento bibliográfico. Como

procedimento técnico, realiza-se a pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2008).

A ideia central é compreender como a religião molda as experiências vividas dentro do sistema educacional brasileiro, que para a realização deste objetivo precisou ser feito um levantamento de diversos assuntos relacionados à religião dentro da educação que foram produzidos ao longo do tempo.

Foram utilizados para este presente trabalho científico, 18 artigos utilizando a base de dados da SciELO que fundamentam as seis temáticas discutidas ao longo do estudo bibliográfico. Para a melhor compreensão, é possível analisar o Quadro 1 com a informação do tema e os artigos utilizados em cada assunto:

Quadro 1: Levantamento bibliográfico detalhado.

TEMÁTICA ABORDADA	DESCRITORES NORTEADORES	NÚMERO DE ARTIGOS UTILIZADOS PARA A FUNDAMENTAÇÃO TEMÁTICA
Educação e Religiosidade	Educação AND Religiosidade.; Religião na Educação.	7
História e Educação Jesuíta	Educação Jesuíta no Brasil; Educação Jesuíta.	2
Educação e Política	Educação AND Políticas Religiosas.	2
Educação e Direitos Humanos	Educação AND Direitos Humanos.	2
Legislação e Documentos Oficiais	Religião AND Legislação; Decretos AND Legislação.	2
Metodologia e Pesquisa	Pesquisa bibliográfica; pesquisa qualitativa; pesquisa exploratória.	3

Fonte: elaborado pelos autores

Para dispor da validade e confiabilidade de cada artigo utilizado como fundamentação teórica foram utilizadas fontes relevantes para o respectivo assunto retratado no artigo. A relevância é constatada através de uma investigação do currículo Lattes e/ou histórico acadêmico (artigos publicados e/ou formação acadêmica), juntamente com a relevância do próprio artigo em prol do assunto, o que torna garantida a confiabilidade completa de cada trabalho científico usado nas seis temáticas abordadas na pesquisa.

Foram utilizados trabalhos de 15 escritores do campo científico, sendo eles: Ana Maria Araújo Freire, Ana Pais, Alexandre Shigunov Neto, Breno Machado dos Santos, Donald Cooper, Edson Elias Moraes, Feizi Masrour Milani, Gabriela Abuhab Valente, José Poker, Lizete Shizue Bomura Maciel, Pamela Schindler, Peri Mesquida, Roseli Fischmann, Ari Pedro Oro e Izabella Mendes Sant'ana.

As temáticas que serão abordadas durante o desenvolvimento do estudo teórico, foram escolhidas no levantamento, onde ocorria o momento de integração no assunto, e logo após as leituras iniciais dos artigos incluídos e excluídos do projeto, foi decidido os seis temas considerados importantes, e somente depois das escolhas temáticas, foi feito o processo de seleção dos artigos.

Ao detalhamento final da metodologia, é importante destacar que todos os cuidados e disposições necessárias foram utilizados para a idealização deste trabalho, para garantir a melhor qualidade possível na escrita e fundamentação do artigo.

Fundamentação Teórica

A presente pesquisa propõe um panorama da história da religião cristã no Brasil e seus impactos na educação, abordando um campo complexo e multifacetado, que envolve a intersecção entre religião, cultura e práticas educativas. O cristianismo, desde sua introdução no Brasil com a colonização portuguesa, desempenhou um papel central na formação da identidade nacional e na estruturação de instituições educativas. Para compreender essa dinâmica, é fundamental recorrer a um referencial teórico que englobe tanto a história da religião no país quanto suas implicações na educação formal e informal.

Ana Freire (2007) destaca que a educação no Brasil sempre foi permeada por influências religiosas, especialmente no que diz respeito ao cristianismo. A autora argumenta que a formação de instituições educacionais muitas vezes esteve atrelada a missões religiosas, o que moldou não apenas os currículos, mas também as práticas pedagógicas. Este aspecto é reforçado por Gabriela Valente (2018), que analisa como o cristianismo contribuiu para a construção de valores e normas sociais, refletindo diretamente nas práticas educacionais.

A relação entre religião e educação também é explorada por José Poker (2010), que propõe uma análise crítica das políticas educacionais e de como estas, muitas vezes, se entrelaçam com ideologias religiosas. Nesse sentido, a pesquisa de Lizete Maciel (2012) complementa a discussão ao abordar a influência das doutrinas cristãs na formação de valores éticos e morais que permeiam a educação brasileira.

Isso enfatiza a importância do diálogo entre diferentes tradições religiosas na construção de uma educação plural e inclusiva. Essa perspectiva é essencial para entender os impactos da diversidade religiosa no ambiente escolar e a necessidade de uma educação que respeite e valorize as diferenças. Além disso, para a transformação da educação religiosa no Brasil ao longo das décadas, é necessária refletir as mudanças legais que o país formulou.

Essas transformações evidenciam a necessidade de um olhar crítico sobre a secularização e a influência contínua das religiões nas práticas educativas.

Esses desafios e oportunidades que surgem da integração entre religião e educação sugerem que a convivência entre diferentes religiões no ambiente escolar pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. A inclusão de uma perspectiva interdisciplinar permite uma compreensão mais ampla dos impactos da religião na formação educacional.

Por fim, a pesquisa analisa a educação cristã em contextos contemporâneos, trazendo à tona debates sobre a relevância das tradições religiosas na formação de um cidadão crítico e consciente de seu papel na sociedade.

Assim, a fundamentação teórica deste estudo é construída a partir de uma diversidade de perspectivas que permitem não apenas mapear a história da religião cristã no Brasil, mas também refletir sobre suas implicações e impactos na educação, contribuindo para um entendimento mais profundo e abrangente dessa relação complexa e dinâmica.

Panorama Histórico do Cristianismo no Brasil

O que de certa forma reflete na não recuperação histórica das ditaduras religiosas que ocorreram no Brasil Colonial e Imperial, a própria liberdade da escolha de religião chegou ao solo brasileiro pelo Decreto nº 119 (1890), dispondo a proibição de intervenção das autoridades sobre qualquer matéria religiosa e assim consagrando a primeira liberdade de religiões no Brasil. Mas foi somente no ano de 1891 que houve o nascimento da laicidade no plano nacional, quando a primeira constituição republicana oficializou a separação da esfera legislativa com a religiosa, porém:

Isto não significou, entretanto, a retirada de certos privilégios da Igreja Católica. Assim, a pressão católica na Assembléia Constituinte de 1890 conseguiu impedir a aprovação da lei da mão-morta, pela qual se pretendia esbulhar os bens materiais da Igreja. (Oro, 2011, p. 225).

Ao cancelar a lei que privatizaria alguns bens da Igreja Católica (obtidos por dinheiro público), demonstra-se que mesmo com o nascimento da laicidade legislativa no Brasil, ainda não existia realmente a laicidade prática. Alguns privilégios para as religiões seguem se mantendo desde então – como a presença mesmo que sutil da religião nas esferas de educação pública. É observável nas escolhas e ações pedagógicas dos docentes durante a própria exposição em aula, em alguns casos, símbolos e frases de teor religioso são visíveis dentro da sala e de outros espaços educativos (Valente, 2020), ainda sim, “a religião não está

presente na escola de maneira explícita, mas de forma oculta e difusa, como uma forte influência na prática docente [...] e ferindo o princípio de laicidade do Estado” (Valente, 2017, p.198).

Aceitando a existência da íntima relação que o Brasil e a sua sociedade tem com a Igreja, com a religião e com a religiosidade, se faz necessário compreender como ela se faz presente dentro dos espaços educativos, visando melhorar a qualidade das experiências sociais que acontecem no ramo da educação.

A religião no Brasil é um mecanismo regulador da vida da população; os preceitos religiosos estão presentes no calendário (Natal, Páscoa, São João), na comunicação dos brasileiros (Graças a Deus, Ave Maria, Nossa Senhora, Vai com Deus, Fica com Deus etc.) e nas práticas de lazer (frequência na igreja e nos eventos promovidos pela igreja) – em suma, nas formas de ser, agir, pensar e sentir. Tudo isso indica a valorização das religiões pelos brasileiros e revela a centralidade que a religiosidade possui para a população. (Valente, 2020, p. 03).

A centralidade do fenômeno religioso dentro da sociedade brasileira comprova a conexão da religião com o Brasil. Entretanto, por causa da alta dos preconceitos e intolerâncias religiosas que acompanham as experiências sociais da população brasileira, torna real a necessidade de atentar os olhos nas religiões minoritárias que ficam vulneráveis diante as religiões majoritárias, pois caso contrário, elas podem ser discriminadas, censuradas e até mesmo perseguidas por devotos de religiões majoritárias de forma consciente ou não, trazendo a exclusão de uma camada social por causa de suas diferenças e peculiaridades, colocando no solo brasileiro, a cultura pela guerra, geradora de conflitos sociais, nacionais e internacionais.

É fundamental entender como religião e educação interagem para apoiar uma abordagem educacional que aspire uma utopia social mais justa e igualitária, eliminando os preconceitos e pré-conceitos religiosos que ainda estão prevalecendo no Brasil. A inclusão da religião nas instituições educacionais deve ser feita de forma para promover um ambiente acolhedor e inclusivo, ao mesmo tempo em que respeita e celebra a diversidade. Uma educação que fomente a pluralidade e combate a intolerância é o único caminho possível para a construção da paz em nível mundial, nacional e social, fugindo da cultura e educação pela guerra, pois a sociedade como um todo é um reflexo da educação. E para isso, vamos entender melhor todo o contexto da religião em foco – o cristianismo.

A chegada dos jesuítas, membros da companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, desembarcaram na costa baiana no ano de 1549. Na época, eles tinham como principal objetivo trazer a doutrinação cristã e propagar a fé da religião para os indígenas (Machado, 2007). Segundo o pesquisador Mesquida (2013), eles estavam cientes de suas missões e imediatamente iniciaram uma ação pedagógica pela catequização dos indígenas e os demais povos escravizados. Entretanto, “os jesuítas entram no período da União Ibérica apresentando dificuldades em assegurar o sucesso do projeto missionário idealizado durante as primeiras décadas de atuação no Brasil” (Machado, 2007, p. 67). Assim, no momento em que o projeto missionário jesuítico passa por dificuldades, uma outra frente de atuação da companhia se consolida e entra em ascensão - os trabalhos ligados aos colégios jesuítas (Machado, 2007). E apenas com o passar do tempo a presença dos elementos religiosos impostos pelos jesuítas transformam os espaços de todos os aspectos sociais brasileiros, com o poder da Igreja que se tornou a principal força na imposição dos valores éticos e morais da sociedade (Valente, 2018).

Diante dos acontecimentos históricos apontados pelo pesquisador Breno Machado (2007) é fácil afirmar que mesmo com a expulsão do grupo jesuíta e seus colégios no solo brasileiro, a Companhia de Jesus, por meio da educação, conseguiu realizar com êxito a missão de doutrinar o Brasil com a fé e os costumes cristãos. Porém, para que isso acontecesse, os membros da companhia precisaram fazer um “genocídio cultural” contra a diversidade das inúmeras religiões e costumes que existiam no país antes da sua invasão e impôs um Deus a ser seguido. Assim como impôs as suas práticas morais, e seus costumes religiosos para a população que morava no Brasil. Entender que a doutrinação e imposição religiosa realmente aconteceram graças à imposição dentro da educação brasileira, revela o quão poderosa a educação é para mudar os costumes culturais, sociais, ideológicos e religiosos de um país, a qual se usada de maneira errada ou má intencionada pode causar danos contra minorias, contra a diversidade e contra a identidade histórica de um grupo sociocultural.

Em especial, as religiões africanas são frequentemente alvo de ataques e perseguições, tanto por indivíduos quanto por instituições, e muitas vezes estão associadas ao preconceito racial, dada a origem africana de seus praticantes. O racismo estrutural, presente de forma ampla nas instituições, políticas públicas e no cotidiano da sociedade brasileira, se reflete diretamente no tratamento das religiões de matriz africana, que são estigmatizadas e associadas à criminalidade, superstição e atraso cultural. A intolerância

religiosa, portanto, não pode ser dissociada das desigualdades raciais e sociais que perpetuam o ciclo de violência e marginalização enfrentado por essas comunidades.

A Laicidade (ou Não) e a Legislação do Brasil

Voltando aos fatos históricos, “A expulsão dos jesuítas, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, não eliminou do solo brasileiro a influência da prática pedagógica dos inicianos” (Mesquida 2013). Tal expulsão é fruto de uma Europa com ideais iluministas e das Reformas Pombalinas, que não afetou somente a educação no Brasil, mas também outros aspectos da sociedade brasileira e portuguesa (Maciel, Neto, 2006). Em inspiração nos ideais iluministas, “Pombal empreende uma profunda reforma educacional, ao menos formalmente. A metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica” (Maciel, Neto, 2006, p. 470).

A laicidade é um processo social e histórico separatista do Estado com a Religião, Segundo Valente (2018, p.111):

Ela é um princípio que pressupõe uma ação estatal para a garantia da separação entre esfera pública e esfera política, da neutralidade de tratamento das diferentes religiões, da liberdade de crença e da igualdade dos homens. Dessa forma, o que se toma como referência universal não passa de uma forma de encarar a realidade social.

Continuando o significado de laicidade, há quatro elementos que definem este termo, sendo eles: a liberdade de religião, a igualdade entre elas, a neutralidade Estatal e a separação entre Estado e Religião, porém tal neutralidade e separação entre a Religião e o Estado ainda não se concretizaram, é o que aponta o pesquisador Oro (2011, p. 227):

Igualmente, a presença do crucifixo em lugares públicos como escolas, hospitais, prisões, parlamentos, e mesmo em tribunais, aponta na mesma direção: viola o dispositivo legal de separação Igreja-Estado e franqueia um tratamento desigual entre as religiões, posto que assegura um privilégio para as religiões cristãs, o catolicismo sobretudo.

O relato aponta que a laicidade brasileira ainda é parcial e está constantemente privilegiando a religião cristã (e algumas vertentes mais popularizadas), sendo possível dizer que a construção da laicidade no Brasil está ligada a uma busca constante de identidade religiosa, privilegiando as igrejas com o maior número de devotos. A pesquisadora Valente (2018) mostra que a interface da religião entre a escola não é tratada de forma aprofundada,

em outras palavras, não há uma recuperação histórica dos danos causados pelas ditaduras religiosas feitas pelos membros da companhia e pela sua educação impositiva.

A falta de recuperação histórica afetou como a escola trata assuntos religiosos, ao perceber isso, a pesquisadora Valente (2017) decidiu fazer um estudo de caso em uma escola do município de Santo André, região metropolitana de São Paulo. A pesquisadora realizou mais de trezentas horas de observação com duas professoras, e em um caso dentre elas chama atenção:

Raquel deu início à leitura da obra *Ludi vai à praia* de Luciana Sandroni. Segundo ela, o livro foi escolhido por ter sido recomendado por uma revista especializada em educação [...] ela preparava o capítulo que seria abordado apenas na véspera da leitura [...] Quando chegou a véspera da leitura do último capítulo, Raquel me contou que não o leria, pois a heroína da história seria Iemanjá. (Valente, 2017, p. 204).

No caso apresentado, leva a crer que tudo o que foi aprendido no seu espaço de socialização de Raquel, tem grandes influências em suas próprias decisões pedagógicas (Valente, 2017), o que também reflete em um preconceito ou pré-conceito de Raquel em apresentar uma religião que não seja a dela e que segundo a mesma tem “elementos de macumba”. Continuando o estudo de campo, outra observação feita por Valente (2017) chama atenção, em algumas ocasiões, os docentes buscavam em suas experiências culturais e religiosas estratégias individuais de ação pedagógica, o que mostra como a influência da religião ainda está dentro das escolas, com crucifixos, censura contra as religiões minoritárias e preconceitos vindos das experiências sociais individuais dos profissionais pedagógicos.

O estudo realizado pela pesquisadora Valente (2017) mostra que a influência religiosa está enraizada nas experiências individuais e sociais nas pessoas ao decorrer de suas vidas e mesmo que seja sem querer reflete em um preconceito cultural causado pela intolerância e ignorância religiosa.

Voltando ao olhar para uma pesquisa objetiva e numérica, Oro (2011) realizou diversas entrevistas no Estado do Rio Grande do Sul para compreender como algumas pessoas entendem sobre a liberdade religiosa no Brasil. O que chamou atenção do pesquisador foi à frequência da fala “para os católicos é tranquilo; mas não para os outros”, Pedro também trouxe um dado que setenta e quatro por cento (74%) dos católicos entrevistados afirmaram existir uma verdadeira liberdade religiosa no país, mas o pesquisador ressalta: os católicos que participaram do questionário sobre liberdade religiosa no país

desconsideraram a própria religião. Outro dado que se destaca bastante - o grupo religioso que mais chama atenção em negar a existência de uma verdadeira liberdade religiosa no Brasil, são os “não-religiosos” (os chamados ateus), eles alegaram que ao proclamar a sua crença em não crer causam impactos nas pessoas. As falas mais comuns das entrevistas foram: me sinto discriminado e as pessoas tomam um susto. O que era de se esperar, já que o próprio Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) exclui a ideia da existência de um grupo não-religioso.

Segundo o próprio Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), é assegurado o respeito a favor da diversidade religiosa brasileira:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

O artigo por si só é incoerente, pois a lei assegura o respeito à diversidade cultural e religiosa que existe no Brasil, mas no próprio artigo incube a necessidade de um Ensino Religioso para a *formação integral*, ou seja, a não ser que o aluno tenha um ensino religioso, ele nunca terá uma formação 100% inteira, desrespeitando os alunos em formação que não creem em uma religião (Valente, 2018). O fato que há uma incoerência exposta dessa maneira revela ao cidadão brasileiro como as leis acerca da religião estão mal pensadas e mal discutidas. Além disso, não existe um único parágrafo ou emenda que mostra para os profissionais da educação como se comportarem diante a sua própria fé e diante a fé dos demais, deixando-os para agir de forma subjetiva e com a influência de suas próprias religiões. As muitas possibilidades de abordar as ações pedagógicas nas esferas da educação pública advêm da falta de regulação estatal, sendo necessário a criação de regras e instruções mais explícitas com relação à abordagem de conteúdos explicados em salas de aula que tenham ligação a qualquer religião (Valente, 2018).

Ou seja, a legislação brasileira, ao longo dos anos, tem avançado superficialmente na importância da liberdade religiosa e na proteção contra a intolerância religiosa, especialmente no que se refere às religiões de matriz africana. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, garante a liberdade de crença e a inviolabilidade da expressão religiosa, estabelecendo um marco para a proteção dos direitos religiosos no país. Além disso, a Lei nº 9.459/1997 tipifica como crime a discriminação religiosa, prevendo penalidades para quem ofender ou discriminar alguém em razão de sua fé. Em 2010, a Comissão de Combate à *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Volume Especial “Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos”, pg. 169-186 mar/2025. ISSN: 2176-5774*

Intolerância Religiosa foi criada para promover a defesa e o fortalecimento das religiões de matriz africana, embora a aplicação efetiva dessas leis seja um desafio. Isso se deve à resistência cultural, à falta de conscientização da população sobre os direitos religiosos e à fragilidade da implementação de políticas públicas que realmente combinem com a realidade das comunidades afetadas. Apesar do amparo legal, as práticas de intolerância religiosa continuam a ocorrer com frequência, evidenciando a lacuna entre a legislação e a efetiva proteção aos praticantes das religiões afro-brasileiras, em um contexto de persistente racismo estrutural.

Discussão dos Resultados

A própria tendência majoritária no país brasileiro sobre o assunto “liberdade religiosa” se limita na população em reconhecer a sua própria existência religiosa, seja ela de forma plena ou até mesmo parcial. O que difere de forma individualista as percepções de membros e representantes de outras religiões refere-se ao fato da população limitar o tema em questão como uma ferramenta de proteger integralmente ou parcialmente a sua própria religião, fechando os olhos voltados aos preconceitos e censuras que vão contra as religiões minoritárias presentes no solo brasileiro. (Oro, 2011).

A própria história já comprovou para a humanidade que as meras assinaturas de acordos e tratados de paz são insuficientes para estabelecer uma paz contínua por gerações. O motivo é que há diversos fatores favorecedores da eclosão das guerras que permanecem inalterados (Milani, 2003), qualquer cultura em seus aspectos econômicos, sociais, emocionais, religiosos, políticos, históricos, morais e educativos promovam valores de conflito, dominação, exclusão, ganância e impositores. É uma cultura contra à paz e a harmonia entre os grupos sociais, se tornando uma “*Cultura da Guerra*” - promotora de desigualdades e exclusão social, quando parte da população brasileira não acredita na liberdade religiosa e professores pensam em suas ações pedagógicas baseadas em preconceitos religiosos a cultura brasileira será frágil.

Outro ponto a ser levantado é o olhar atento dos pesquisadores acerca das desigualdades sociais, seja ela religiosa ou não. Pois ao realizar o levantamento dos artigos que seriam lidos, foi percebido uma quantidade grande de artigos científicos que identificavam os problemas sociais: preconceito, exclusão, violência. No entanto, a famigerada *ciência prática* não está sendo efetivada para fora do campo acadêmico, o que além de indicar uma certa desatualização e falta de interesse dos docentes em atividade pedagógica

no Brasil, também revela um ponto crítico para uma real melhora no cenário nacional. Por isso, deve ser estudado formas metodológicas de como aplicar a *ciência prática* destes artigos científicos que se especializaram em denunciar as desigualdades sociais e em trazer uma solução para o problema.

Ao se referir em uma esfera educativa que faz uma abordagem sobre uma cultura plural, têm o dever de ressaltar as diversas necessidades que existem entre os alunos-alunos; e entre os alunos-professores; o que em partida, remete em uma educação fomentada em um respeito mútuo, afeto e diálogo construtivo no convívio social que existe dentro da escola. O primeiro passo a ser dado para qualquer instituição escolar ou educador que realmente deseje atuar com métodos consistentes e prevenindo qualquer tipo de violência (física, verbal, emocional) imposta contra um determinado grupo e/ou indivíduo é preciso identificar as premissas da temática violenta (Milani, 2003) para conseguir enfrentá-la de forma pacífica, harmoniosa e respeitosa, objetivando a prevenção de um futuro conflito. Isso implica, em evitar alguns métodos que causem a raiva no aluno, segundo a investigadora Ana Pais (2000, p. 8):

[...]os sentimentos de raiva sentidos ou exteriorizados estão diretamente implicados e presentes no desenvolvimento pessoal de cada um, seja ao nível da construção da identidade, da autonomia, da separação, da negação, seja ao nível da atividade construtiva e da ação do sujeito sobre o mundo físico e social.

Traduzindo as falas da autora para as práticas pedagógicas, quando o professor toma decisões que causam sentimentos de raiva em seus alunos, como praticar a *ditadura religiosa*, seja de forma consciente ou não, produz um sentimento de raiva e senso de injustiça, o que pode afetar no seu desenvolvimento de identidade. Consequentemente, influencia diretamente na identidade que o aluno tem sobre o seu espaço na sociedade, por isso o pedagogo que estiver atuando deve ter o olhar atento e reflexivo com todas as suas ações e escolhas pedagógicas, para evitar a construção de uma sociedade impositiva.

Voltando aos olhares críticos de Sant'ana (2005), a formação da integração profissional dos professores e funcionários que atuam no campo educacional deve focar em criar educadores inclusivos e com os olhares atentos a qualquer bagagem social. Ou seja, esvaziar-se dos valores de sua própria ética e entender a ética de seus diversos alunos, compreender as dificuldades que cada um deles sofrem fora e dentro do espaço acadêmico, pois só assim, o professor irá conseguir auxiliar seus respectivos alunos em suas próprias

diferenças e promover uma verdadeira experiência inclusiva no campo acadêmico e social. Entretanto, para que isso seja possível, a formação do profissional deve ser contínua, transcendendo o curto período de formação (4 a 5 anos), o educador deve ser auxiliado a refletir sobre as suas ações pedagógicas, visando a melhoria do ensino oferecido em sala de aula, para que “na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos” (Sant'ana, 2005, p. 228).

Considerações Finais

Através dos resultados do levantamento bibliográfico, é compreensível e plausível apontar como fato que a presença oculta e difusa da religião nas esferas educativas é real e afeta diretamente em como a sociedade brasileira entende a liberdade religiosa no país. Assim como é possível analisar no caso de Raquel, onde o seu preconceito contra a religião minoritária causou censura religiosa, desiguando o espaço social entre os grupos religiosos que existem no Brasil. Acarretando como reflexo no país brasileiro os resultados da pesquisa de Pedro, onde uma parte da população brasileira não acredita em uma real liberdade religiosa.

Trazendo as últimas considerações finais a respeito dos resultados do levantamento bibliográfico que objetivou compreender os impactos sociais da presença religiosa no campo educativo, foi necessário abordar temas como a história da educação no cenário nacional, a regência legislativa e prática da laicidade brasileira, o entendimento da população acerca da liberdade religiosa no Brasil, como a religião se faz presente nas esferas educativas e a influência da mesma nas escolhas pedagógicas dos profissionais em atuação.

Todos os fatos apontaram para uma educação impositiva e exclusiva no país, devido ao mal preparado na formação dos novos professores acerca dos assuntos que desiguam a sociedade (na esfera religiosa), causando ditaduras e censuras contra religiões minoritárias motivadas pelo preconceito ou pré-conceito dos profissionais em relação à crenças que não sejam as suas, porém todavia também foram levantados métodos e concepções que podem ajudar a combater este mal enraizado na educação nacional.

Em consideração ao exposto, é possível concluir que a intolerância religiosa, especialmente no que se refere às religiões de matriz africana, continua sendo uma questão urgente no Brasil, onde o racismo estrutural agrava ainda mais as perseguições sofridas por seus praticantes. A marginalização histórica dessas religiões, associada a estigmas raciais, se

reflete tanto nas práticas discriminatórias cotidianas quanto nas instituições públicas, que, apesar das leis que garantem a liberdade religiosa, ainda falham na aplicação efetiva das proteções legais. A legislação brasileira, embora tenha avançado em algumas frentes, como a tipificação do crime de intolerância religiosa e a criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, não é suficiente para erradicar as manifestações de ódio e violência contra religiões afro-brasileiras, que seguem sendo alvos de ataques e invisibilidade social. Portanto, além de melhorias na implementação das políticas públicas, é essencial promover uma educação antirracista e de respeito à diversidade religiosa, para que, de fato, a pluralidade cultural e religiosa brasileira seja respeitada e protegida. A luta contra a intolerância religiosa e o racismo estrutural deve ser contínua, exigindo um compromisso coletivo em todas as esferas da sociedade.

Por fim, este artigo oferece uma análise inicial sobre o tema da religião, mas é importante ressaltar que não esgota as possibilidades de investigação. A complexidade e a diversidade das crenças religiosas demandam uma abordagem mais ampla, indicando a necessidade de muitos outros estudos que possam aprofundar e enriquecer esse campo de pesquisa.

Referências

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista Odontológica da Universidade Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 119, de 7 de janeiro de 1890. **Dispõe sobre a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado**. Diário Oficial da União, 7 jan. 1890.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Cria a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, com o objetivo de promover ações de combate à intolerância religiosa e assegurar o direito à liberdade de culto. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 6 dez. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 dez. 2024.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Bookman, 2011.

FISCHMANN, R. **Educação, direitos humanos, tolerância e paz**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 11, n. 20, p. 67-77, 2001. [Acesso em: 9 set. 2024].

FREIRE (NITA), A. M. A. **Educação para a paz segundo Paulo Freire**. Educação, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 55-64, 2006.

FREIRE, A. M. A. Educação e religiosidade: uma análise histórica. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed., Editora Atlas, 2008.

Gil, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2010.

Lei nº 9.459/1997: BRASIL. **Lei nº 9.459, de 5 de maio de 1997**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de discriminação ou preconceito de religião, etnia, raça ou procedência nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 maio 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm. Acesso em: 6 dez. 2024

MACIEL, L. S. B. **Valores éticos e a educação cristã**. Belo Horizonte: Editora Ensino, 2012.

MACIEL, L. S. B; SHIGUNOV NETO, A. **A educação brasileira no período pombalino**: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, dez. 2006.

MACHADO S. B. **Missões e colégios**: os jesuítas no Brasil no final do século XVI. Sacrilogens, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 73-88, 2007.

MESQUIDA, P. **Catequizadores de índios, educadores de colonos, soldados de Cristo**: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. Educar em Revista, [online], n. 48, p. 235-249, 2013.

MILANI, F. M. **Cultura de paz x violências**: papel e desafios da escola. In: MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Orgs.). **Cultura de Paz**: Estratégias, Mapas e Bússolas. Salvador: Edições INPAZ, 2003. p. 31-56.

MORAIS, E. E; POKER, J. G. A. B. **Religião, esfera pública e o problema político**: uma contribuição Habermasiana. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 2, p. 327-365, 2018.

ORO, A. P. **A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, maio-ago. 2011.

POKER, J. Políticas educacionais e influência religiosa no Brasil. Salvador: Editora Bahia, 2010.

PAIS, A. **A raiva em pré-adolescentes e adolescentes**: a importância dos maus sentimentos. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Legal) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal. Disponível em: ProQuest Dissertations & Theses.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva**: concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

UNESCO. **II Relatório sobre intolerância religiosa**: Brasil, América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: UNESCO, 2023.

VALENTE, G. A. **A presença oculta da religiosidade na prática docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VALENTE, G. A. **A religiosidade na prática docente**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, [online], v. 98, n. 248, p. 198-211, 2017.

VALENTE, G. A. **Laicidade, ensino religioso e religiosidade na escola pública brasileira**: questionamentos e reflexões. *Pro-Posições*, v. 29, n. 1, p. 107-127, 2018.

VALENTE, G. A. **Socialização profissional docente ou como uma prática se naturaliza?** Um estudo sobre a naturalização do religioso na prática docente. *Educação em Revista*, v. 36, 2020.